

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR À 2. ^a EDIÇÃO	7
1. DA NACIONALIDADE DAS PESSOAS	19
1.1 Conceito de nacionalidade	19
1.2 Princípios informativos do instituto	19
1.2.1 Da necessidade da nacionalidade	20
1.2.2 Da unidade da nacionalidade	20
1.2.3 Da possibilidade de mudança da nacionalidade	20
1.3 Nacionalidade: natureza jurídica e sua disciplina	21
1.4 Nacionalidade de origem e nacionalidade adquirida	22
1.4.1 Nacionalidade de origem: <i>ius sanguinis</i> e <i>ius soli</i>	23
2. DA CONDIÇÃO DE BRASILEIRO E DE ESTRANGEIRO	26
2.1 Quem se considera brasileiro ou estrangeiro	26
2.2 As normas brasileiras sobre nacionalidade	26
3. A CONDIÇÃO DE BRASILEIRO NATO	29
3.1 A regra fundamental da Constituição	29
3.2 A exceção do <i>ius soli</i> do art. 12, I, <i>a</i>	37
3.3 Brasileiro <i>ius sanguinis</i> do art. 12, letra <i>b</i>	42
3.4 Nascimento accidental em solo brasileiro	43
3.5 Brasileiro <i>ius sanguinis</i> do art. 12, letra <i>c</i> . Opção de nacionalidade	43
3.6 Opção pela nacionalidade brasileira	48
3.7 O pai brasileiro ou mãe brasileira da regra constitucional	60
3.8 Opção não homologada e renovação do pedido	62
3.9 Conflito positivo ou negativo de nacionalidade. Dupla nacionalidade/apátrida	62
3.10 Aquisição da nacionalidade pelo casamento	64
3.11 Brasileiros naturalizados	65
3.12 Perda da nacionalidade brasileira	66
3.12.1 Perda da nacionalidade como pena	66
3.12.2 Perda por incompatibilidade absoluta. Naturalização voluntária ..	67
4. LEI DE ESTRANGEIROS	71
4.1 Entrada e permanência do estrangeiro no Brasil	71
4.2 O movimento migratório e sua regulamentação	71
4.3 A lei brasileira de estrangeiros e sua aplicação	72

4.4	Fim social da lei. Defesa do trabalhador nacional.....	76
4.5	A concessão do visto como mera expectativa de direito	77
4.6	Entrada e permanência do estrangeiro em tempo de guerra	79
5.	DA ADMISSÃO DO ESTRANGEIRO NO TERRITÓRIO NACIONAL.....	80
5.1	Visto como condição de admissibilidade do estrangeiro e sua eventual dispensa.....	81
5.2	A recusa do visto e suas causas	82
5.3	O estrangeiro menor de dezoito anos.....	83
5.4	O estrangeiro nocivo	84
5.5	O estrangeiro anteriormente expulso.....	85
5.6	O estrangeiro condenado ou processado.....	85
5.7	Recusa do visto e recurso	86
5.8	O visto concedido e seus efeitos.....	87
5.9	Posse ou propriedade de bens no Brasil	87
6.	DO VISTO DE TRÂNSITO	89
6.1	Concessão e validade do visto de trânsito	89
6.2	Dispensa de visto na viagem contínua ou escala	90
7.	DO VISTO DE TURISTA	92
7.1	O turista e seu visto consular	92
7.2	Turistas dispensados do visto	93
7.3	Visto de turista: prazos e efeitos.....	94
7.4	Exercício de atividade remunerada	96
7.5	Responsabilidade da transportadora	96
8.	DO VISTO TEMPORÁRIO	98
8.1	O temporário e sua classificação	99
8.2	Requisitos para a concessão do visto.....	99
8.3	Vinculação contratual ou profissional.....	101
8.4	Ministro de confissão religiosa	101
8.5	Prazos do visto temporário.....	103
8.6	Registro do estrangeiro temporário	105
8.7	Transformação do visto	106
8.8	Temporário e atividade remunerada.....	106
9.	DO VISTO PERMANENTE	108
9.1	A política imigratória e seus objetivos	108
9.2	Modalidades de visto permanente	110
9.3	Permanentes de nacionalidade portuguesa	111
9.4	Visto de permanência como expectativa de direito	111
9.5	Registro do permanente	111
9.6	Transformação de visto para permanente	111

9.7 Ausência e regresso do estrangeiro permanente.....	112
9.8 Direitos e deveres do permanente	112
9.9 Do visto consular.....	113
9.10 Visto familiar – Extensão do visto aos dependentes.....	113
10. DOS VISTOS DIPLOMÁTICOS, OFICIAL E DE CORTESIA.....	115
10.1 A disciplina dos vistos diplomáticos, oficial e de cortesia.....	115
10.2 O visto como mera expectativa de direito	116
10.3 Registro no Ministério das Relações Exteriores.....	116
10.4 Prazo e transformação do visto	117
10.5 Deportação e expulsão	117
10.6 Atividade profissional remunerada	117
11. EMOLUMENTOS PELA CONCESSÃO DO VISTO E PRAZO DE UTILIZAÇÃO ..	118
11.1 Os emolumentos da concessão ou transformação do visto	118
11.2 O prazo de validade do visto e sua prorrogação.....	119
12. ESTRANGEIRO NATURAL DE PAÍS LIMÍTROFE	120
12.1 O fronteiriço e sua condição privilegiada.....	120
12.2 O fronteiriço e atividade remunerada	121
12.3 Deportação do fronteiriço	122
12.4 Mercosul	122
13. DA ENTRADA DO ESTRANGEIRO NO TERRITÓRIO NACIONAL.....	123
13.1 Da entrada e seus locais.....	123
13.2 Visto consular e ressalvas quanto à sua exigência.....	124
13.3 Entrada do estrangeiro e responsabilidade do transportador.....	124
13.4 Afastamento do local de entrada	125
13.5 Resgate do bilhete de viagem	125
14. DO IMPEDIMENTO.....	127
14.1 Visto consular como mera expectativa de direito.....	127
14.2 Condições de entrada do estrangeiro	128
14.3 Dívida tributária como impedimento	129
14.4 Extensão do impedimento ao grupo familiar	129
14.5 Reembarque e responsabilidade da transportadora.....	130
14.6 Impedimento à permanência e deportação	131
14.7 Recurso contra a declaração de impedimento.....	131
15. DA CONDIÇÃO DE ASILADO	132
15.1 O direito de asilo	132
15.2 Asilo diplomático e asilo territorial.....	133
15.3 Natureza jurídica do asilo territorial	135
15.4 Asilado político.....	136

15.5	As condições do asilo político	137
15.6	Registro do asilado	139
15.7	Deveres do asilado	139
15.8	Prazo de permanência e atividades do asilado	141
15.9	Causas terminativas do asilo	141
15.10	Saída do País.....	142
15.11	Asilo e expulsão.....	142
15.12	Asilo e extradição	142
15.13	Refugiado.....	143
16.	DO REGISTRO DO ESTRANGEIRO.....	147
16.1	Obrigatoriedade do registro.....	148
16.2	Registro provisório	148
16.3	Regularizações posteriores (“anistias”)	148
16.4	Registro de transformação de visto	149
16.5	Prazo para o registro.....	149
16.6	Nome e nacionalidade.....	150
16.7	Titular de visto diplomático, oficial ou de cortesia	150
16.8	Cadastramento do fronteiriço	150
17.	DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ESTADA.....	151
17.1	O prazo de estada e sua prorrogação.....	151
17.2	Prorrogação do prazo de estada do turista	152
17.3	Prorrogação do prazo de estada do temporário.....	152
17.4	Prorrogação do prazo e transformação do visto	152
17.5	Distinção entre renovação e prorrogação do prazo	152
17.6	Disciplina da prorrogação de estada do temporário	153
17.7	Situação do permanente sob condição	153
17.8	Prorrogação da estada do titular de visto diplomático e do asilado político	154
18.	DA TRANSFORMAÇÃO DO VISTO.....	155
18.1	Vedações à legalização de estada e transformação de visto	156
18.2	Transformação do visto temporário em permanente.....	156
18.3	Transformação do visto diplomático em temporário ou permanente	156
18.4	Processo de transformação do visto	156
18.5	Transformação denegada e recurso	158
18.6	Transformação do visto para diplomático ou oficial	158
19.	DA ALTERAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO ESTRANGEIRO.....	159
19.1	Alteração do nome do estrangeiro constante do registro	159
19.2	Casos admitidos de alteração do nome	160
19.3	Autoridade para autorizar a alteração	161
19.4	Alterações dispensadas de autorização.....	161
19.5	Adição pela concubina do patronímico do companheiro.....	162

19.6	Averbação do nome abreviado	163
19.7	Alteração da nacionalidade constante do registro	163
20.	DA ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO	165
20.1	Circunstâncias obrigatórias de atualização do registro	165
20.2	Comunicações necessárias	166
21.	CANCELAMENTO E RESTABELECIMENTO DO REGISTRO	167
21.1	Do cancelamento do registro	167
21.2	Do restabelecimento do registro	169
22.	DA SAÍDA E DO RETORNO DO ESTRANGEIRO	171
22.1	Do retorno do estrangeiro	171
23.	DO DOCUMENTO DE VIAGEM PARA ESTRANGEIRO	173
23.1	Documentos de viagem previstos em lei	173
23.2	Concessão de documento de viagem para estrangeiro	174
23.3	Concessão de passaporte pelas autoridades consulares	175
23.4	Concessão de <i>laissez-passer</i> ao estrangeiro	175
23.5	Prazo de validade do passaporte e do <i>laissez-passer</i>	175
24.	DA DEPORTAÇÃO	176
24.1	Deportação e expulsão	177
24.2	Casos de deportação	178
24.3	Prazo de notificação e deportação imediata	180
24.4	Deportação imediata com dispensa de notificação	182
24.5	Autoridade competente para a deportação	182
24.6	Saída e destinação do deportando	183
24.7	Deportação como extradição inadmitida	184
24.8	Responsabilidade pelas despesas da deportação	186
24.9	Imposição de multa ao deportando	187
24.10	Prisão administrativa do deportando	187
24.11	Conversão da deportação em expulsão	189
24.12	Deportação e expulsão inadmitida	189
24.13	Reingresso do deportado	191
25.	DA EXPULSÃO	193
25.1	Legitimidade e fundamento da expulsão	195
25.2	A nação de origem diante da expulsão ilegítima	196
25.3	A expulsão no direito brasileiro. Sinopse histórica	197
25.4	Natureza punitiva da expulsão	199
25.5	Nacionalidade do expulsando	200
25.6	Brasileiro naturalizado e expulsão	201
25.7	Os tratados e a situação dos portugueses	201

25.8	Expulsão de agentes diplomáticos.....	204
25.9	Menoridade e incapacidade jurídica do expulsando	204
25.10	Casos de expulsão	204
25.11	A infração no espaço e no tempo	209
25.12	Competência para o decreto expulsório.....	210
25.13	Controle jurisdicional do decreto expulsório.....	211
25.14	Forma do ato expulsório e sua revogação	214
25.15	Expulsão no curso do processo criminal ou após a condenação.....	214
25.16	Inquérito por provocação do Ministério Público	222
25.17	O inquérito e seu processamento	224
25.18	Inquérito sumário, prazo e direito de defesa.....	226
25.19	Prisão administrativa do expulsando	226
25.20	Prazo da prisão	228
25.21	Prazo para ultimação do inquérito e decreto de expulsão.....	229
25.22	Pedido de reconsideração do ato expulsório.....	231
25.23	Destinação do expulsando e efeitos da expulsão. Reingresso	231
25.24	Expulsão como extradição não admitida	234
25.25	Estrangeiros inexpulsáveis	237
25.26	Expulsão e cônjuge brasileiro.....	238
25.27	Expulsão e filho brasileiro.....	242
26.	DA EXTRADIÇÃO.....	249
26.1	Conceito, legitimidade e fundamento da extradição.....	253
26.2	A extradição como ato de soberania.....	254
26.3	Extradição e expulsão.....	256
26.4	Princípios informadores da extradição.....	259
26.5	Modalidades de extradição	260
26.6	Síntese histórica do direito brasileiro	261
26.7	O sistema brasileiro. Pedido e desistência.....	262
26.8	Tratados	263
26.9	Retroatividade do tratado de extradição.....	264
26.10	Hierarquia das regras sobre extradição. Conflito entre a lei e o tratado	265
26.11	Nossos tratados internacionais de extradição	267
26.12	Pedido de extradição fundado na promessa de reciprocidade.....	270
26.13	Pessoas passíveis de extradição. Extradição do nacional	272
26.14	A situação dos portugueses do estatuto igualitário	276
26.15	Extradição do brasileiro naturalizado	277
26.16	Transferência da pessoa sentenciada no exterior.....	281
26.17	O fato criminoso que autoriza a extradição	282
26.18	Competência para julgar o crime imputado ao extraditando.....	288
26.19	Prescrição do crime como causa proibitiva da extradição.....	292
26.20	Extradição e delito político	295
26.21	Delitos puramente políticos	297
26.22	Delitos políticos, delitos conexos e delitos complexos	301

26.23	Crimes políticos e a exceção do art. 77, § 3.º	304
26.24	Delitos religiosos e de imprensa	307
26.25	Crimes de natureza fiscal	307
26.26	Extradição e tribunais de exceção	308
26.27	Condição da extradição. Competência do Estado requerente	309
26.28	Condição da extradição. Existência de sentença condenatória ou ordem de prisão do extraditando	310
26.29	Preferência entre os pedidos de extradição	311
26.30	O pedido de extradição e seu encaminhamento	313
26.31	Prisão preventiva do extraditando em caso de urgência	317
26.32	A prisão provisória da extradição ordinária	320
26.33	Controle jurisdicional do ato de extradição	324
26.34	Processamento judicial da extradição e defesa do extraditando	329
26.35	Adiamento da entrega. Extraditando processado ou condenado no Brasil	335
26.36	Adiamento da entrega. Enfermidade grave do extraditando	336
26.37	Extradição concedida e retirada do extraditando	337
26.38	Extraditando casado com brasileira ou com filhos brasileiros	338
26.39	Recusa da extradição e renovação do pedido	339
26.40	Compromissos condicionadores da entrega do extraditando	341
26.41	Detração	343
26.42	Compromisso de comutação da pena corporal ou de morte	344
26.43	Garantia dos direitos básicos do extraditando	345
26.44	Reextradição	346
26.45	Destinação dos objetos e instrumentos do crime	348
26.46	Fuga do extraditado entregue e seu retorno ao Brasil	349
26.47	Trânsito pelo Brasil de extraditando de outros países	349
26.48	Extradição ativa	350
26.49	Acordo de extradição entre os países do Mercosul	351
27.	DOS DIREITOS E DEVERES DO ESTRANGEIRO	353
27.1	Comprovação da estada legal no País	356
27.2	Matrícula do estrangeiro em estabelecimento de ensino	357
27.3	Estrangeiro sem visto permanente e atividade remunerada	359
27.4	Titular de visto permanente condicionado	361
27.5	Comunicação de mudança de domicílio ou residência e nacionalidade	361
27.6	Desigualdade jurídica dos nacionais e estrangeiros	362
27.7	O estrangeiro em face do processo penal	366
27.8	Sursis, liberdade provisória, livramento condicional	368
27.9	Árbitro no júízo arbitral	369
27.10	Discriminação tributária	369
27.11	Assistência judiciária	370
27.12	<i>Cautio judicatum solvi</i>	370
27.13	Adoção internacional	371

27.14	Sucessão em bens de estrangeiros	373
27.15	Restrições à atividade econômica	373
27.16	As restrições do art. 106 do Estatuto.....	374
27.16.1	Navegação de cabotagem.....	374
27.16.2	Empresas jornalísticas, de televisão e de radiodifusão	377
27.16.3	Pesquisa e exploração de jazidas e recursos minerais	378
27.16.4	Propriedade e exploração de aeronave	379
27.16.5	Corretor de navios, de fundos públicos, leiloeiro e despachante aduaneiro.....	381
27.16.6	Administração ou representação de sindicato ou associação de classe.....	382
27.16.7	Prático de barras, portos, rios, lagos e canais	382
27.16.8	Posse, manutenção ou operação de aparelho de radiodifusão, radio-telegrafia ou similar	383
27.16.9	Assistência religiosa às Forças Armadas	383
27.17	Cargos e funções públicas	384
27.18	Restrição ao exercício de profissão liberal.....	387
27.19	Exercício da advocacia	388
27.20	Revalidação do diploma de medicina.....	389
27.21	Pessoas jurídicas estrangeiras.....	389
27.22	Conflito intertemporal em matéria de gozo de direitos	390
27.23	Restrição à aquisição de propriedade rural e fronteira	391
27.24	A condição jurídico-trabalhista do estrangeiro	400
27.25	Estrangeiro e serviço militar.....	402
27.26	Restrições à atividade política	403
27.27	Liberdade de associação ou de reunião e suas limitações	405
27.28	A situação especial dos portugueses.....	406
27.28.1	Extinção do benefício	407
28.	DA NATURALIZAÇÃO. CONDIÇÕES	409
28.1	Conceito de naturalização.....	412
28.2	Características fundamentais: voluntariedade e discricionariedade.....	413
28.3	Modalidades de naturalização	414
28.4	A disciplina legal e seus antecedentes	415
28.5	Autoridade competente para conceder a naturalização.....	416
28.6	Condições para a concessão da naturalização	417
28.7	Redução excepcional do prazo de residência	427
28.8	Dispensa do requisito de residência mínima	433
28.9	A situação especial do português	434
28.10	O requerimento de naturalização e seus requisitos.....	435
28.11	Naturalização provisória do estrangeiro menor e sua confirmação	438
28.12	A situação do menor que fez curso superior	442
28.13	Nome do naturalizado: tradução, adaptação e mudança posterior	443
28.14	Apresentação e tramitação inicial do processo. Sindicância.....	446

28.15	Tramitação do processo no Ministério da Justiça.....	447
28.16	Ação popular para impugnar a naturalização.....	448
28.17	Portaria e certificado de naturalização. Caducidade do ato	449
28.18	Nulidade e cancelamento da naturalização e perda da nacionalidade	451
29.	DOS EFEITOS DA NATURALIZAÇÃO	456
29.1	O termo inicial dos efeitos da naturalização	456
29.2	Irretroatividade dos efeitos da naturalização.....	457
29.3	A anterior responsabilidade civil ou penal do naturalizado	459
29.4	Serviço militar (antes e depois) e naturalização.....	460
29.5	A condição de naturalizado e restrições de direito.....	462
29.6	As limitações constitucionais	466
29.7	A naturalização e relações de direito de família. A situação da mulher e dos filhos do naturalizado.....	467
30.	DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES	472
30.1	Infrações e penalidades	473
30.2	Agravamento da pena de multa.....	489
30.3	Concorrência com crime comum.....	489
30.3.1	Crime de fraude de lei sobre estrangeiro.....	489
30.3.2	Passaporte falso	489
31.	PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES	490
31.1	Multas.....	490
31.2	Detenção, reclusão, deportação e expulsão.....	491
32.	DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	493
32.1	Do Conselho Nacional de Imigração.....	495
32.2	Acordos internacionais sobre concessão, gratuidade e dispensa de vistos..	497
32.3	Tabela de emolumentos consulares e taxas.....	498
32.4	Cédula de identidade para estrangeiro	498
32.5	Acordos bilaterais para regularização de estrangeiros em situação ilegal ...	499
32.6	Regularização da permanência de fronteiriços.....	500
32.7	Residentes desde antes de agosto de 1938	500
32.8	A lei nova e os processos em andamento. Naturalização	500
32.9	Delegação de competência pelo Ministro da Justiça	501
32.10	Os portugueses: Estatuto do Estrangeiro e Estatuto da Igualdade.....	501
32.11	Legislação especialmente revogada	506
	BIBLIOGRAFIA	507